



Prefeitura De Novo Hamburgo - RS

Comum aos cargos de Nível Superior

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli	1
ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch	2
Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas	4
Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi.....	5
Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	9
Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	11
Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.....	12
Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	16
Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.	21
Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	23
Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos.....	34
Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	46
Exercícios	50
Gabarito.....	67

SUMÁRIO



MATEMÁTICA / RACIOCÍNIO LÓGICO

Conjuntos Numéricos: Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), propriedades das operações; Múltiplos e divisores, números primos, mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum.....	1
Razões e Proporções - grandezas direta e inversamente proporcionais, divisão em partes direta e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta; Sistema de Medidas: comprimento, capacidade, massa e tempo (unidades, transformação de unidades), sistema monetário brasileiro.....	19
Cálculo algébrico: monômios e polinômios	33
Funções: Ideia de função, interpretação de gráficos, domínio e imagem, função do 1º grau, função do 2º grau - valor de máximo e mínimo de uma função do 2º grau	36
Equações de 1º e 2º graus. Sistemas de equações de 1º grau com duas incógnitas ..	47
Triângulo retângulo: relações métricas no triângulo retângulo, teorema de Pitágoras e suas aplicações, relações trigonométricas no triângulo retângulo	56
Teorema de Tales	59
Geometria Plana: cálculo de área e perímetro de polígonos. Circunferência e Círculo: comprimento da circunferência, área do círculo.....	61
Noções de Geometria Espacial - cálculo do volume de paralelepípedos e cilindros circulares retos	66
Matemática Financeira: porcentagem, juros simples	67
Estatística: Cálculo de média aritmética simples e média aritmética ponderada.....	71
Aplicação dos conteúdos acima listados em resolução de problemas	72
Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Diagramas lógicos; Argumentação e dedução lógica. Argumentos Lógicos Dedutivos; Implicação lógica	78
Proposições e conectivos: Conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: Negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. Construção de tabelas-verdade. Tautologias, contradições e contingências., equivalência lógica, Leis De Morgan. Sentenças abertas, operações lógicas sobre sentenças abertas.....	97
Sentenças abertas, operações lógicas sobre sentenças abertas. Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas	102
Argumentos Categóricos	105
Exercícios	113
Gabarito.....	122

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS

Cultura popular, personalidades, pontos turísticos, organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do IBGE, hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes, fauna e flora locais, hidrografia e relevo, matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte, unidades de conservação, história e geografia do País, Estado, do Município e da região que o cerca	1
Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, esporte, agricultura, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, desenvolvimento sustentável e ecologia	55

LEGISLAÇÃO / ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	1
Estatuto da Criança e do adolescente.....	30
Parâmetros Curriculares Nacionais.....	96
Plano Nacional de Educação	97
Plano Nacional de Educação Digital	119
Base Nacional Comum Curricular.	123
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	179
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	195
Ministério da Educação: Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.....	209
Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	210
Plano de Carreira do Magistério do Município	223
Exercícios	233
Gabarito.....	238

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Educação: Desafios atuais	1
Metodologias Ativas.....	2
Os impactos e a importância da educação 3.0, 4.0 e 5.0	7
Ensino Híbrido: Modelos sustentados e modelos disruptivos	10
Cidadania digital: educando para o uso consciente da internet.....	11
Educação na era digital	13
Escola do futuro: como será, tendências e perspectivas	13
Mediação da aprendizagem	14
Didática e metodologia do ensino	16

SUMÁRIO



Teorias da aprendizagem e tendências pedagógicas	16
Projeto Político Pedagógico, currículo, plano de aula e processo educativo	20
Gestão e planejamento escolar	21
Avaliação da aprendizagem, instrumentos avaliativos	22
Tipos de avaliação	33
Inclusão escolar e diversidade cultural	35
Processo ensino aprendizagem	46
Gestão da aprendizagem em sala de aula	47
O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem	53
Didática e a Formação docente	53
Interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade	54
Modelos de Jantsch	56
Educar pela Pesquisa	57
Exercícios	69
Gabarito	75

LEGISLAÇÃO

Estatuto do Servidor do Município	1
Lei Orgânica do Município	49
Plano de Carreira do Município	77
Código de Posturas Municipal	82
Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual do Rio Grande do Sul nº 13.694/2011)	96
Constituição Estadual do Rio Grande do Sul	100
Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010)	171
Constituição Federal de 1988: a) Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º ao 4º)	182
b) Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Arts. 5º ao 17)	184
c) Da Organização do Estado (Arts. 18 ao 43)	200
d) Da organização dos Poderes (Arts. 44 ao 135)	224
e) Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas (Arts. 136 ao 144)	272
f) Da Ordem Social (Arts. 193 ao 232)	277
Lei Federal nº 8.429/1992 – Lei de improbidade Administrativa	299
Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 e suas atualizações – Lei Maria da Penha	314
Decreto Estadual nº 48.598/2011 - Dispõe sobre a inclusão da temática de gênero, raça e etnia nos concursos públicos para provimento de cargos de pessoal efetivo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul ...	325
Exercícios	326
Gabarito	333

SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

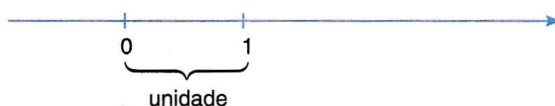
Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.



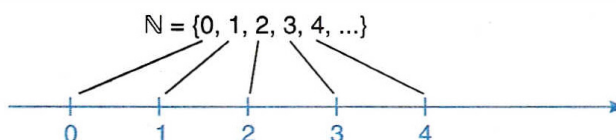
NÚMEROS NATURAIS

O conjunto dos números naturais¹ é representado pela letra maiúscula **N** e estes números são construídos com os algarismos: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, que também são conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja um número natural no sentido que tenha sido proveniente de objetos de contagens naturais, iremos considerá-lo como um número natural uma vez que ele tem as mesmas propriedades algébricas que estes números.

Na sequência consideraremos que os naturais têm início com o número zero e escreveremos este conjunto como: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$



As reticências (três pontos) indicam que este conjunto não tem fim. **N** é um conjunto com infinitos números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

$$N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, \dots\}$$

Subconjuntos notáveis em **N**:

1 – Números Naturais não nulos

$$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}; N^* = N - \{0\}$$

2 – Números Naturais pares

$$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots, 2n, \dots\}; \text{ com } n \in N$$

3 - Números Naturais ímpares

$$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots, 2n+1, \dots\} \text{ com } n \in N$$

4 - Números primos

$$P = \{2, 3, 5, 7, 11, 13, \dots\}$$

Construção dos Números Naturais

Todo número natural dado tem um sucessor (número que vem depois do número dado), considerando também o zero.

Exemplos: Seja m um número natural.

¹ IEZZI, Gelson – Matemática - Volume Único

IEZZI, Gelson - Fundamentos da Matemática – Volume 01 – Conjuntos e Funções



BRASIL COLÔNIA

Brasil: Primeiros Tempos

Entre 1500 e 1530, além de enviarem algumas expedições de reconhecimento do litoral (**guarda-costas**), os portugueses estabeleceram algumas feitorias no litoral do Brasil, onde adquiram pau-brasil dos indígenas em troca de mercadorias como espelhos, facas, tesouras e agulhas¹.

Tratava-se, portanto, de uma troca muito simples: o **escambo**, isto é, troca direta de mercadorias, envolvendo portugueses e indígenas. Os indígenas davam muito valor às mercadorias oferecidas pelos portugueses, a exemplo de tesouras ou facas, que eram rapidamente aproveitadas em seus trabalhos.

Mas, em termos de valor de mercado, o escambo era mais vantajoso para os portugueses, pois ofereciam mercadorias baratas, enquanto o pau-brasil alcançava excelente preço na Europa. Além disso, os indígenas faziam todo o trabalho de abater as árvores, arrumar os troncos e carregá-los até as feitorias. Não por acaso, os portugueses incluíam machados de ferro entre as ofertas, pois facilitavam imensamente a derrubada das árvores.

A exploração do pau-brasil, madeira valiosa para o fabrico de tintura vermelha para tecidos, foi reservada como monopólio exclusivo do rei, sendo, portanto, um produto sob regime de **estanco**. Mas o rei arrendava esse privilégio a particulares, como o comerciante **Fernando de Noronha**, primeiro contratante desse negócio, em 1501.

Capitanias Hereditárias e o Governo Geral

No início do século XVI, cerca de 65% da renda do Estado português provinha do comércio ultramarino. O monarca português transformou-se em um autêntico empresário, agraciando nobres e mercadores com a concessão de monopólios de rotas comerciais e de terras na Ásia, na África e na América.

Apesar da rentabilidade do pau-brasil, nas primeiras décadas do século XVI a importância do litoral brasileiro para Portugal era sobretudo estratégica. A frota da Índia, que concentrava os negócios portugueses, contava com escalas no Brasil para reparos de navios de reabastecimento de alimentos e água. A presença crescente de navegadores franceses no litoral, também interessados no pau-brasil, foi vista pela Coroa portuguesa como uma ameaça.

Na prática, disputavam o território com os portugueses, ignorando o **Tratado de Tordesilhas** (1494), pois julgavam um abuso esse acordo, fosse ele reconhecido ou não pelo papa. Tornou-se célebre a frase do rei francês Francisco I, dizendo desconhecer o “testamento de Adão” que dividia o mundo entre os dois reinos ibéricos.

Capitanias Hereditárias

Para preservar a segurança da rota oriental, os portugueses organizaram a colonização do Brasil. A solução adorada por D. João III, em 1532, foi o sistema de **capitanias hereditárias**, que já havia sido utilizado na colonização do arquipélago da Madeira.

O litoral foi dividido em capitanias, concedidas, em geral, a cavaleiros da pequena nobreza que se destacaram na expansão para a África e para a Índia. Em suas respectivas capitanias, os donatários ficavam incumbidos de representar o rei no que se referia à defesa militar do território, ao governo dos colonos, à aplicação da justiça e à arrecadação dos impostos, recebendo, em contrapartida, privilégios particulares.

Os direitos e deveres dos donatários eram fixados na **carta de doação**, complementada pelos **forais**. Em recompensa por arcar com os custos da colonização, os donatários recebiam vasta extensão de terras para sua própria exploração, incluindo o direito de transmitir os benefícios e o cargo a seus herdeiros.

¹ História. Ensino Médio. Ronaldo Vainfas [et al.] 3ª edição. São Paulo. Saraiva.



LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)



A Educação do novo milênio se depara com grandes desafios e conta com as reflexões e ações realizadas pelos teóricos (as), pesquisadores (as), professores(as) e gestores. É notório as mudanças culturais no espaço/tempo, principalmente com a tecnologia cada vez mais presente havendo uma necessidade de a Educação acompanhar tais desenvolvimentos. Entretanto, o que se percebe é uma realidade educacional distinta das transformações culturais e que não consegue acompanhar os avanços tecnológicos no que se refere ao ensino-aprendizagem e currículo deixando uma lacuna entre estudantes e Educação.

Mesmo com a presença de mudanças na legislação nos últimos 20 anos e a tentativa de uma prática inclusiva dos sujeitos históricos marginalizados o que se percebe é uma prática escolar homogeneizante, tradicional e misógina, distante da realidade cultural, seja com relação às conquistas de direitos individuais, direitos humanos, ou no que tange ao Ensino da História da África e a cultura indigenista brasileira.

Em 2003 foi sancionada a Lei 10639 que determinou a inclusão do Ensino de História da África, cultura afrodescendente e indígena. Com a implantação desta lei, a Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB) também sofreu alteração em seu texto. Além das mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais, houve necessidades de novas posturas adotadas pelo Conselho Nacional de Educação, Plano Nacional de Educação e demais órgãos e estruturas educacionais no Brasil. Todo esse contexto faz parte de uma conquista dos movimentos sociais em um esforço nacional e internacional no decorrer das últimas décadas do século XX, em prol de justiça social e igualdade entre os diferentes atores sociais que foram marginalizados politicamente e economicamente.

A referida lei na esfera educacional faz parte de um amplo processo de lutas sociais para a autonomia e equidade de todos os sujeitos históricos e que passou a ser cobrada e posteriormente adotada nas políticas públicas nacionais em meados dos 1990 até o presente momento. Dessa forma, compreende-se o aparato educacional e suas mudanças como um esforço amplo em trazer reparos à história da educação brasileira em seus aspectos excludentes, racistas e etnocêntricos. Ainda assim, os desafios são enormes frente há séculos de história eurocêntrica, elitista e patriarcal que ainda se reflete no ambiente escolar e nas práticas educacionais.

Ambiente escolar, práticas educacionais e desafios do século XXI

Como dito anteriormente, os desafios na Educação brasileira são enormes tanto na rede pública quanto na rede privada de Educação. O ambiente escolar ainda é um tanto hostil com relação ao pluriculturalismo, às escolhas individuais, relações de gênero e diferenças étnico-raciais. A alteridade é um caminho seguro para esse equilíbrio e equidade das relações interpessoais nas escolas, mas ainda longe de ser uma realidade. Os currículos e material didático não alcançam o alunado com seus objetivos de sociedade mais justa e cidadã em suas complexidades e as problemáticas continuam latentes numa realidade brasileira de desigualdades econômicas e de trajetória histórica excludente.

Com tanta tecnologia e meios de comunicação avançados no Brasil e no mundo, as escolas públicas brasileiras, em sua maioria, continuam em defasagens técnicas, instalações, estruturas físicas e de equipamentos eficazes, além da ausência de qualificação para os professores e de salários dignos. Entre a teoria e a prática da gestão democrática, das políticas públicas, leis educacionais e da constituição cidadã ainda se encontram díspares e distantes de soluções competentes para alavancar o ensino-aprendizagem e a Educação brasileira em todas suas esferas.

Os desafios são inúmeros e mesmo com uma parcela de esforços e criatividade dos profissionais da educação, seus projetos e boas intenções vale uma maior conscientização, cidadania e parcerias entre sociedade, escolas e políticas públicas para elevar o Brasil à uma Educação de qualidade capaz de melhorar os níveis nacionais de maneira quantitativa e qualitativa num crescimento do ranking internacional de Educação capaz de proporcionar crescimento econômico, desenvolvimento e justiça social ao país.



Legislação

LEI Nº 333, de 19 de abril de 2000.

INSTITUI O REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO: Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico Estatutário dos servidores públicos municipais e dos servidores exercentes de cargos em comissão, na Administração Direta, autarquias e fundações públicas municipais, e tem como objetivo reger as relações entre estes e o Município de Novo Hamburgo.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor público municipal é toda a pessoa natural legalmente investida em cargo isolado ou de carreira, bem como aquela estabilizada no serviço público municipal por força do previsto no artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

§ 1º Define-se servidor efetivo, para os efeitos desta Lei, aquele que ingressa no serviço público municipal mediante prévio concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Define-se servidor estabilizado, para os efeitos desta Lei, aquele que, por força do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, adquiriu estabilidade constitucional no serviço público municipal.

§ 3º Define-se servidor em comissão, para os efeitos desta Lei, aquele que ocupa cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, a expressão “servidor público” alcança tão somente os servidores efetivos e os servidores estabilizados, enquanto a expressão “servidor” abrange, indistintamente, todos os servidores efetivos e estabilizados, bem assim os servidores em comissão.

Art. 3º Cargo público, como unidade básica da estrutura orgânica funcional, é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidade conferidos a um servidor, criado por lei, em número determinado e com denominação própria, mediante retribuição pecuniária paga pelo Erário municipal.

Art. 4º Os cargos públicos municipais são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

Art. 5º Os servidores públicos municipais são organizados em carreiras funcionais ou de forma isolada.

Art. 6º Os quadros funcionais são organizados em categorias de cargos, dispostas de acordo com a natureza profissional e a complexidade de suas atribuições e responsabilidades, na forma da lei.

Art. 7º Os cargos organizados em carreira asseguram aos servidores públicos desenvolvimento funcional com evolução vertical, dentro da respectiva categoria, na forma a nas condições fixadas na legislação que dispõe sobre os respectivos planos de carreiras.

Art. 8º As carreiras poderão compreender categorias de cargos do mesmo grupo profissional, reunidos em segmentos distintos, de acordo com a habilitação, qualificação ou titulação exigidas para ingresso e acesso nos níveis correspondentes.

Art. 9º Categoria é a divisão básica da carreira, agrupando os cargos de mesma denominação e idêntica natureza, segundo os níveis de atribuições e faixas de vencimentos básicos.

Art. 10 Os cargos isolados são os que, organizados em categorias, somente possibilitam aos servidores públicos o desenvolvimento funcional com evolução horizontal dentro do respectivo nível, na forma a nas condições fixadas na legislação que dispõe sobre os respectivos planos de carreiras.